

TERMO DE REFERÊNCIA**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de 04 (quatro) triciclos elétricos de carga, acompanhados de caçamba sem sistema basculante, equipada com gaiola metálica ou em chapa de aço, destinada ao acondicionamento de resíduos recicláveis, equipados com motor de potência mínima de 3.700 watts, alimentados por baterias de lítio, com capacidade mínima de 60V - 50A ou 3,0 kWh, com capacidade mínima de carga de 250 kg. A aquisição inclui carregador portátil de baterias Tipo 2, padrão nacional de 03 (três) pinos e plug tipo europeu (110/220), além do licenciamento e emplacamento de todos os triciclos, destinados ao atendimento das demandas de coleta seletiva no município de Lages/SC.

Item	Especificação	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total do contrato (R\$)
01	Aquisição de 04 (quatro) triciclos elétricos de carga, acompanhados de caçamba sem sistema basculante, equipada com gaiola metálica ou em chapa de aço, destinada ao acondicionamento de resíduos recicláveis, equipados com motor de potência mínima de 3.700 watts, alimentados por baterias de lítio, com capacidade mínima de 60V - 50A ou 3,0 kWh, com capacidade mínima de carga de 250 kg. A aquisição inclui carregador portátil de baterias Tipo 2, padrão nacional de 03 (três) pinos e plug tipo europeu (110/220), além do licenciamento e emplacamento de todos os triciclos, destinados ao atendimento das demandas de coleta seletiva no município de Lages/SC.	04	66.270,00	265.080,00
Total estimado (R\$)				265.080,00

1.2. O valor total da contratação é de R\$ 265.080,00 (duzentos e sessenta e cinco mil e oitenta reais).

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como Materiais/Equipamentos, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação terá início na data de sua assinatura e se estenderá até 31/12/2026, condicionado ao cumprimento integral do cronograma físico-financeiro estabelecido neste Termo de Referência, observando-se o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O prazo de vigência poderá ser prorrogado justificadamente quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição de 04 (quatro) triciclos elétricos de carga, acompanhados de caçamba sem sistema basculante, equipada com gaiola metálica ou em chapa de aço, destinada ao acondicionamento de resíduos recicláveis, equipados com motor de potência mínima de 3.700 watts, alimentados por baterias de lítio, com capacidade mínima de 60V - 50A ou 3,0 kWh, com capacidade mínima de carga de 250 kg. A aquisição inclui carregador portátil de baterias Tipo 2, padrão nacional de 03 (três) pinos e plug tipo europeu (110/220), além do licenciamento e emplaceamento de todos os triciclos, destinados ao atendimento das demandas de coleta seletiva no município de Lages/SC.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O objeto deste estudo está contemplado no Plano de Contratações Anual (PCA) para o ano de 2026.

4. LOCAL

4.1. A entrega e o fornecimento integral dos produtos deverão ocorrer nas dependências da Secretaria Municipal de Águas e Saneamento (SEMASA), situada na Avenida 1º de Maio, nº 1700, Bairro Popular, no município de Lages/SC.

4.2. O procedimento de recebimento e a conferência da conformidade técnica dos veículos ficarão sob a responsabilidade direta do fiscal do contrato, Sr. Jocemar Ribeiro da Silva, que poderá ser contatado para fins de agendamento e coordenação logística por meio do e-mail institucional adm.semasa@lages.sc.gov.br, ou pelos terminais telefônicos (49) 3019-7426 e (49) 3380-3100 (WhatsApp).

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 6.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, no percentual mínimo de 5% do valor do contrato.
- 6.3. A exigência da garantia prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021 fundamenta-se na análise da natureza, do valor e do risco da contratação. Tal medida justifica-se pelo objeto apresentar risco de defeitos de fabricação em componentes sensíveis (lítio), cuja falha poderia comprometer a continuidade do serviço público.
- 6.4. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento. (Art. 97 da Lei 14.133, de 2021).
- 6.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, o particular deverá apresentá-la, no máximo, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 6.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada também em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 6.7. Quanto aos requisitos da contratação, os triciclos elétricos deverão cumprir os seguintes parâmetros previamente estabelecidos, tais como:

6.7.1. MOTORIZAÇÃO E DESEMPENHO

- 6.7.1.1. Motor elétrico com potência mínima de 3.700 watts;
- 6.7.1.2. Autonomia mínima de 50 km por carga completa;

6.7.1.3. Velocidade máxima de até 55 km/h, compatível com a legislação de trânsito vigente;

6.7.1.4. Sistema de frenagem dianteiro e traseiro a disco, eficiente e seguro.

6.7.2. BATERIA E SISTEMA ELÉTRICO

6.7.2.1. Bateria de lítio com capacidade mínima de 60V - 50A ou 3,0 kWh, recarregável em até 08 (oito) horas;

6.7.2.2. Vida útil mínima de 800 (oitocentos) ciclos de recarga;

6.7.2.3. Sistema de proteção contra sobrecarga e curto-circuito;

6.7.2.4. Indicador de nível de carga no painel;

6.4.2.5. Carregador de baterias Tipo 2, padrão nacional de 03 (três) pinos e plug tipo europeu (110/220).

6.7.3. ESTRUTURA E CAPACIDADE DE CARGA

6.7.3.1. Estrutura metálica reforçada, adequada ao transporte de resíduos recicláveis;

6.7.3.2. Capacidade de carga mínima de 250 kg;

6.7.3.3. Caçamba sem sistema basculante, com gaiola metálica ou em chapa de aço, de fácil higienização;

6.7.3.4. Caçamba com dimensões mínimas de 1.300 mm (comprimento) x 1.000 mm (largura) x 1.000 mm (altura);

6.7.3.5. Caçamba com dimensões máximas de 2.320 mm (comprimento) x 1.400 mm (largura) x 1.460 mm (altura);

6.7.3.6. Dimensões compatíveis para acesso a vias urbanas estreitas.

6.7.4. CONFORTO E ERGONOMIA

6.7.4.1. Assento ergonômico para o condutor;

6.7.4.2. Suspensão adequada que garanta estabilidade em vias urbanas;

6.7.4.3. Painel de controle com velocímetro, indicador de carga da bateria, hodômetro e câmera de ré;

6.7.4.4. Cabine para proteção do condutor contra chuvas.

6.7.5. SEGURANÇA

6.7.5.1. Iluminação dianteira e traseira em LED, com setas e buzina;

6.7.5.2. Dispositivo de travamento antifurto (trava mecânica ou sistema equivalente);

6.7.5.3. Atender às normas de segurança previstas na legislação de trânsito vigente.

6.7.6. SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA

6.7.6.1. Emissão zero de poluentes atmosféricos;

6.7.6.2. Baixo nível de ruído, adequado a áreas urbanas residenciais;

6.7.6.3. Consumo energético eficiente, com baixo custo de operação.

6.7.7. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.7.7.1. Garantia mínima de 12 (doze) meses para o veículo;

6.7.7.2. Garantia mínima de 06 (seis) meses para a bateria;

6.7.7.3. Fornecimento de peças de reposição originais pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos.

6.7.7.4. No ato do recebimento do objeto, a CONTRATADA deverá comprovar a disponibilidade de unidade de manutenção capacitada em raio de abrangência que permita o atendimento célere em Lages ou na região serrana de Santa Catarina.

6.7.8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

6.7.8.1. Os triciclos deverão ser entregues novos (0 km), em perfeitas condições de uso, acompanhados de manual do fabricante, certificado de garantia e nota fiscal;

6.7.8.2. Os triciclos deverão possuir homologação junto à Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), mediante a apresentação do

respectivo Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT), bem como código de marca, modelo e versão apto ao registro no sistema RENAVAM.

- 6.7.8.3. Os triciclos deverão atender integralmente às disposições do Código de Trânsito Brasileiro e às regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito aplicáveis aos ciclomotores, inclusive no que se refere aos equipamentos obrigatórios de segurança exigidos para circulação em vias públicas.
- 6.7.8.4. Os triciclos deverão ser entregues licenciados e emplacados;
- 6.7.8.5. O recebimento se dará mediante inspeção técnica e emissão de termo de recebimento definitivo;
- 6.7.8.6. As despesas com transporte ou frete serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- 6.7.8.7. Os triciclos deverão ser entregues de modo organizado e identificado individualmente, possibilitando conferência unitária e controle logístico adequado por parte da Administração;
- 6.7.8.8. Será de responsabilidade da CONTRATADA a substituição, às suas expensas, dos itens eventualmente recusados por motivo justificado, cabendo à CONTRATANTE a avaliação da conformidade do item entregue;
- 6.7.8.9. A CONTRATADA deverá realizar a entrega utilizando transporte apropriado, com os bens devidamente acondicionados em embalagens fechadas e seguras, identificando data de fabricação e prazo de validade, quando aplicável;
- 6.7.8.10. Caso haja opção por entrega programada, a CONTRATADA deverá possuir e disponibilizar instalações adequadas para armazenamento seguro dos itens até a entrega definitiva;
- 6.7.8.11. O recebimento dos triciclos será formalizado nas seguintes etapas:
 - 6.7.8.11.1. **Provisoriamente**, para efeito de verificação da conformidade com as especificações contratuais;
 - 6.7.8.11.2. **Definitivamente**, após avaliação conclusiva de qualidade, quantidade e integridade pelo setor técnico responsável.
- 6.7.8.12. A CONTRATADA deverá ainda fornecer treinamento e capacitação aos usuários finais, bem como assegurar a disponibilidade de assistência técnica local durante o período de vigência da garantia.

7. SERVIÇOS A REALIZAR

7.1. O presente Termo de Referência corresponde a aquisição de 04 (quatro) triciclos elétricos de carga, acompanhados de caçamba sem sistema basculante, equipada com gaiola metálica ou em chapa de aço, destinada ao acondicionamento de resíduos recicláveis, equipados com motor de potência mínima de 3.700 watts, alimentados por baterias de lítio, com capacidade mínima de 60V - 50A ou 3,0 kWh, com capacidade mínima de carga de 250 kg, incluindo-se carregador portátil de baterias Tipo 2, padrão nacional de 03 (três) pinos e plug tipo europeu (110/220), além do licenciamento e emplacamento de todos os triciclos, destinados ao atendimento das demandas de coleta seletiva no município de Lages/SC.

- 7.1.1. Fornecer 04 (quatro) triciclos elétricos de carga, novos, de primeiro uso, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- 7.1.2. Realizar a entrega no endereço designado pela CONTRATANTE, dentro do prazo estabelecido contratualmente;
- 7.1.3. Fornecer manual de operação e manutenção para cada unidade entregue;
- 7.1.4. Entregar certificado de garantia do fabricante e nota fiscal correspondente;
- 7.1.5. Disponibilizar documentação que comprove a conformidade do equipamento com as normas de segurança e de trânsito aplicáveis;
- 7.1.6. Realizar a entrega dos triciclos devidamente licenciados e emplacados;
- 7.1.7. Realizar instruções técnicas básicas de operação, recarga de bateria, manutenção preventiva e boas práticas de uso para os servidores designados pela CONTRATANTE;
- 7.1.8. Fornecer orientações quanto à periodicidade de manutenção recomendada pelo fabricante;
- 7.1.9. Disponibilizar serviço de assistência técnica autorizada em território nacional;
- 7.1.10. Garantir a substituição imediata de peças ou do equipamento em caso de defeito de fabricação constatado durante o período de garantia;
- 7.1.11. Estabelecer sistema de logística reversa obrigatória para o descarte ambientalmente adequado das baterias após o esgotamento de sua vida útil, estimada em 800 ciclos de recarga, em estrita observância à Lei n. 12.305/2010.

7.1.12. Prestar suporte técnico remoto ou presencial durante a vigência da garantia contratual.

7.1.13. Garantir a disponibilidade de peças originais de reposição por, no mínimo, 05 (cinco) anos após a entrega.

8. DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO

8.1. Devido ao tipo do serviço prestado, não há necessidade de um período de transição.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, de modo que, no prazo estabelecido, o objeto contratado seja entregue.

9.2. Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 05 (cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

9.3. Permitir e facilitar a fiscalização da CONTRATANTE, a supervisão dos serviços, prestando todas as informações solicitadas.

9.4. Fica a cargo da CONTRATADA justificar à CONTRATANTE quando houver a impossibilidade de execução do serviço, mediante documento oficial.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Quando necessário, permitir o livre acesso dos funcionários da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para a entrega do serviço referente a este Termo de Referência.

10.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.3. Aprovar, quando necessário, o cronograma físico definitivo da entrega do serviço, apresentado pela CONTRATADA.

10.4. Rejeitar o serviço entregue equivocadamente, em desacordo com as orientações passadas pela CONTRATANTE ou com as especificações constantes no Termo de Referência.

10.5. Solicitar que seja substituído o produto/bem que não atender às especificações constantes do Termo de Referência.

10.6. Orientar, acompanhar e fiscalizar a empresa CONTRATADA quanto à execução dos serviços contratados.

- 10.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA mediante apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e atestada pelo setor próprio.
- 10.8. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências previstas neste Termo de Referência.

11. EXECUÇÃO DO OBJETO

- 11.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, limitado ao cumprimento integral do cronograma de entrega e pagamento previstos neste Termo de Referência, nos termos do artigo 105 da Lei n. 14.133/2021.
- 11.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado justificadamente quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento.
- 11.3. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 11.3.1. Início da execução do objeto: a contar da assinatura do contrato;
 - 11.3.2. Início do serviço: 10 dias a partir da assinatura do contrato;
 - 11.3.3. Local de execução: Município de Lages.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 12.4. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO
- 12.4.1. Todos os serviços, objeto da contratação, serão fiscalizados pela SEMASA.

12.4.2. Sem prejuízo de outras atribuições inerentes à função e à fiscalização, a SEMASA poderá:

12.4.2.1. Sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com as especificações técnicas ou com as normas estabelecidas pela SEMASA.

12.4.2.2. Recusar os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas.

12.4.3. A fiscalização da SEMASA não diminui nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e correta execução dos serviços.

12.4.4. Os serviços somente serão recebidos pela SEMASA, após o atendimento de todas as exigências previstas na documentação técnica e respectivo contrato.

12.5. FISCALIZAÇÃO

12.5.1. A função do fiscal de contrato é auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, conforme descrito no Decreto Municipal nº 20.682, de 2023, Art. 13.

12.5.2. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do Material para evitar sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.5.3. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

12.5.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.5.5. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

- 12.5.6. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade do fornecimento dos materiais realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 12.5.7. A fiscalização poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 12.5.8. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 12.5.9. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 12.5.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para o efeito.
- 12.5.11. O fiscal informará o gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 12.5.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 12.5.13. O fiscal do contrato será responsável por verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, bem como acompanhar o empenho, os pagamentos, as garantias, as eventuais glosas, a formalização de apostilamentos e termos aditivos, podendo solicitar, sempre que necessário, os documentos comprobatórios pertinentes.
- 12.5.14. Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o Fiscal do contrato deverá atuar tempestivamente na busca da solução, reportando o fato ao gestor do contrato para que sejam adotadas as providências cabíveis, quando a situação ultrapassar sua competência.

12.5.15. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

12.6. GESTOR DO CONTRATO

12.6.1. O gestor do contrato possui atribuições e funções de administrar todo o contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme descrito no Decreto Municipal nº 20.682, de 2023, art. 11.

12.6.2. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12.6.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicações de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.6.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.6.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.7. RECEBIMENTO E PAGAMENTO

12.7.1. Os serviços poderão ser recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

12.7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

12.7.3. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal do contrato, e o recebimento definitivo do gestor do contrato ou da comissão designada

pela autoridade competente (Decreto Municipal nº 20.682, de 2023, art. 14).

12.7.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

12.7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final do recebimento:

12.7.5.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

12.7.6. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais entregues.

12.7.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.7.8. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.7.9.1. O gestor deverá realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

12.7.9.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos materiais fornecidos, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

12.7.9.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.7.10. Enviar a documentação pertinente ao setor administrativo para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão

de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- 12.7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.8. LIQUIDAÇÃO

- 12.8.1. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 12.8.1.1. O prazo de validade;
- 12.8.1.2. A data de emissão;
- 12.8.1.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 12.8.1.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 12.8.1.5. O valor a pagar;
- 12.8.1.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 12.8.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à SEMASA.

- 12.8.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

- 12.8.4. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9. PRAZO DE PAGAMENTO

- 12.9.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados da finalização do recebimento da Nota Fiscal.
- 12.9.2. No caso de atraso pela SEMASA, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do

prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

12.10. FORMA DE PAGAMENTO

- 12.10.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.
- 12.10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.10.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 12.10.5. Os pagamentos serão processados após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados dentro dos padrões e das normas técnicas legais em conformidade com as condições previstas e estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

12.11. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.11.1. Os critérios de garantia são estabelecidos conforme o Art. 96 da Lei n. 14.133/2021.
- 12.11.2. A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato, garantia no percentual de 5% do valor do contrato.
- 12.11.3. A CONTRATADA poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
 - 12.11.3.1. Dinheiro;
 - 12.11.3.2. Seguro-garantia;
 - 12.11.3.3. Fiança bancária.
- 12.11.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
- 12.11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 12.11.5.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
- 12.11.5.2. Prejuízos diretos causados à SEMASA decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- 12.11.5.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela SEMASA à CONTRATADA;
- 12.11.5.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
- 12.11.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.
- 12.11.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da SEMASA, em conta corrente específica no Banco do Brasil.
- 12.11.8. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 12.11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, esses devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 12.11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 12.11.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 12.11.12. A SEMASA executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 12.11.13. Será considerada extinta a garantia:
 - 12.11.13.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da SEMASA, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

12.11.13.2. No prazo de 3 (três) meses após o término da vigência do Contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos de comunicação.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

13.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

13.2. REGIME DE EXECUÇÃO

13.2.1. O regime de execução do contrato será empreitado por preço unitário.

14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

14.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.1.1. Comprovação de fornecimento anterior de equipamentos ou bens com características semelhantes, aptos a demonstrar a capacidade do fornecedor para entregar o objeto pretendido.

14.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

14.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

14.2.1. Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da participante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, com data não superior a 60 dias da apresentação da documentação. Fica facultada à Comissão Permanente de Licitação a exigência da certidão supra, no seu original, quando pairarem dúvidas sobre o documento.

14.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 14.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 14.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 14.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 14.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 14.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 14.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 14.4.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 14.4.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 14.4.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 14.4.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 14.4.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 14.4.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 14.4.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 14.4.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 15.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 265.080,00 (duzentos e sessenta e cinco mil e oitenta reais), conforme os custos unitários apostos na tabela apresentada no item 1.
- 15.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos,

encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de dotações específicas consignadas no Orçamento Geral da SEMASA, viabilizadas mediante o aporte de recursos próprios e, primordialmente, através de repasse decorrente da Emenda Parlamentar Impositiva Estadual nº 598/2021.

16.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

16.2.1. Fonte de Recursos: Estado; Município.

16.2.2. Código de Despesa: 15; 15.

16.2.3. Elemento de Despesa: 4490.5252; 4490.5252.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - I) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - II) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - III) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- h) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

- i) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 17.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 17.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 17.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 17.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 17.2.4. Multa:
- 17.2.4.1. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- 17.2.4.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 17.2.4.3. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 17.2.4.4. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- 17.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à SEMASA.
- 17.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 17.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

- 17.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela SEMASA ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 17.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 17.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 17.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 17.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 17.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 17.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 17.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 17.9.4. Os danos que dela provierem para à SEMASA; e
- 17.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 17.11. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com

poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.12. A SEMASA deverá, no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.14. Os débitos do contratado para com a SEMASA, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

18. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

18.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

18.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

18.1.2. A alteração social ou a modificação da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado via termo aditivo para alteração subjetiva;

18.2. O termo de extinção, sempre que possível, será procedido:

18.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados ou parcialmente cumpridos;

18.2.3. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.2.4. Indenizações e multas.

18.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021);

18.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

19. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) - LEI 13.709/2018

19.1. A CONTRATADA autoriza a coleta de dados pessoais e empresariais imprescindíveis a execução deste contrato, tendo sido informado quanto ao tratamento de dados que será realizado pela SEMASA, nos termos da Lei nº 13.709/2018, especificamente quanto a coleta dos seguintes dados:

19.1.1. Dados relacionados à sua identificação pessoal e empresarial da CONTRATADA, da pessoa jurídica e do seu representante legal e funcionários, a fim de que se garanta a fiel contratação pelo respectivo titular do contrato;

19.1.2. Dados relacionados ao endereço da sede da pessoa jurídica CONTRATADA, tendo em vista a necessidade da SEMASA enviar de documentos/notificações e outras garantias necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado;

19.1.3. Dados coletados com base no legítimo interesse da SEMASA, bem como para garantir a fiel execução do contrato por parte da SEMASA, fundamentam-se no artigo 7º da LGPD.

19.2. A SEMASA fica autorizada a compartilhar os dados da CONTRATADA, agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste instrumento, desde que, sejam respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas.

19.3. A SEMASA se responsabiliza por manter medidas de segurança, técnicas e administrativas suficientes a proteger os dados pessoais do contratado e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), comunicando ao contratado, caso ocorra algum incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, conforme artigo 48 da Lei nº 13.709/2018.

19.4. À SEMASA, é permitido manter e utilizar os dados pessoais e empresariais durante todo o período contratualmente firmado para as finalidades relacionadas no termo e ainda após o término da contratação para cumprimento de obrigação legal ou impostas por órgãos de fiscalização, nos termos do artigo 16 da Lei nº 13.709/2018.

- 19.5. A CONTRATADA fica ciente de que a SEMASA poderá permanecer utilizando os dados para as seguintes finalidades:
- 19.5.1. Para cumprimento de obrigações decorrentes do objeto do contrato;
 - 19.5.2. Para cumprimento, pela SEMASA, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;
 - 19.5.3. Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
 - 19.5.4. Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
 - 19.5.5. Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
 - 19.5.6. Quando necessário para atender aos interesses legítimos da SEMASA ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.
- 19.6. A CONTRATADA autoriza o compartilhamento de seus dados, para os fins descritos nesta cláusula, com terceiros legalmente legítimos para defender os interesses da SEMASA bem como da CONTRATADA.
- 19.7. A CONTRATADA possui tempo determinado de 5 anos para acesso aos próprios dados armazenados, podendo também solicitar a exclusão de dados que foram previamente coletados com seu consentimento;
- 19.8. A exclusão de dados será efetuada sem que haja prejuízo por parte da SEMASA, tendo em vista a necessidade de guarda de documentos por prazo determinado de 5 anos, conforme lei civil. Para tanto, caso a CONTRATADA deseje efetuar a revogação de algum dado, deverá preencher uma declaração neste sentido;
- 19.9. A CONTRATADA autoriza, neste mesmo ato, a guarda dos documentos (contratos/documentos fiscais/notificações/protocolos/ordens de serviços) - em que pese eles possuam dados pessoais - por parte da SEMASA a fim de que ela cumpra com o determinado nas demais normas que regulam o presente contrato, bem como para o cumprimento da obrigação legal nos termos do artigo 16, inciso I, da Lei Geral de Proteção de Dados.

20. DAS ALTERAÇÕES

- 20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

20.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);

20.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

21. DA PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, art. 7º, XXII, do Decreto nº 20.682 de 2023 e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Lages/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21

Lages (SC), 09 de março de 2026.

Gustavo Alexsandro de Oliveira Melo
Assessor de Gestão de Saneamento
Matrícula: 218439/1